

Atos Oficiais

LEI Nº 6.684, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2021

Autoriza o Poder Executivo a desapropriar amigavelmente, parte de dois imóveis de propriedade do Espólio de Hermenegildo Del Santo, e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do §4º do artigo 24 da Lei Orgânica do Município, a desapropriar amigavelmente, parte de dois imóveis, registrados no Registro de Imóveis de Ribeirão Pires sob as matrículas nº 41.060 e 41.061, que constam pertencer ao Espólio de Hermenegildo Del Santo, pelo preço de R\$ 1,00 (um real) para cada imóvel, que assim se descrevem e caracterizam:

I – Matrícula nº 41.060 - Um terreno situado no Bairro denominado Centro Alto, perímetro urbano deste Município e Comarca da Estância Turística de Ribeirão Pires – SP, denominado de área “B”, com as seguintes medidas e confrontações: mede 9,15m de frente para a Avenida Santo André; pelo lado direito de quem da Avenida olha para o terreno, mede 2,10m confrontando com parte do prédio nº 973 da Avenida Santo André; de propriedade de Jayme Alves Moura; pelo lado esquerdo mede 2,50m confrontando com parte do imóvel objeto da matrícula nº 41.061, desta Serventia; nos fundos mede 9,06m confrontando com o remanescente do imóvel, encerrando assim uma área de 20,44m².

II – Matrícula nº 41.061 - Uma casa sob o nº 49 da Avenida Santo André e seu respectivo terreno situado no bairro denominado Centro Alto, perímetro urbano do Município e Comarca da Estância Turística de Ribeirão Pires, com as seguintes medidas e confrontações: mede 24,20m de frente para a Avenida Santo André; pelo lado direito de quem da Avenida olha para o terreno, mede 2,50m, confrontando com parte do imóvel objeto da matrícula nº 41.060; deste registro imobiliário pelo lado esquerdo mede 2,47m, confrontando com parte do prédio nº 931, da Avenida Santo André, de propriedade de Paulo Soichi Nogami; nos fundos mede 23,65m, confrontando com o remanescente do imóvel, encerrando assim uma área de 56,71m².

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 19 de novembro de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

Processo Administrativo nº 3887/2009
Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO. Comissão Permanente de Sindicância designada pela Portaria nº. 33.306/2021, publicada em que teve como último ato a Portaria nº.33.552, publicada em 27/10/2021, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 156 da Lei Federal, 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinado com o artigo, 256, do Código de Processo Civil, NOTIFICA, pelo presente edital, por se encontrar em local incerto e não sabido, a Sra. Giovanna Alesina Gianasi, sobre sua condição como PARTE nos autos do processo Administrativo nº. 4464/2019, a comparecer, no prazo de 10, (dez) dias, a contar da publicação dessa, nas dependências da Secretaria de Assuntos Jurídicos, sito a Rua Miguel Prisco, 288, Ribeirão Pires, a fim de tomar ciência dos fatos, e prestar esclarecimentos. Os autos desse mencionado Processo podem ser consultado, em horário comercial.

Presidente, Mateus Moreira Brito

LEI Nº 6.678, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2021

Altera a Lei nº 5.879, de 22 de agosto de 2014, que dispõe sobre a obrigatoriedade do reparo em valas abertas, institui os procedimentos a serem adotados pelas concessionárias de serviços públicos ou terceiros interessados, em obras e/ou serviços executados nas vias e logradouros públicos, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Archeson Pedroza Teixeira)

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - A Lei nº 5.879, de 22 de agosto de 2014, que dispõe sobre a obrigatoriedade do reparo em valas abertas, institui os procedimentos a serem adotados pelas concessionárias de serviços públicos ou terceiros interessados, em obras e/ou serviços executados nas vias e logradouros públicos, passa a vigorar com as seguintes alterações:

O artigo 1º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º.....

§ 1º Deverá ao executor de serviços tanto nas obras de caráter ordinário como nas de caráter emergencial, restabelecer o pavimento removido ou atingido pela sua atividade segundo padrões de qualidade do sistema viário, os quais deverão manter o espaço público adequado à sua utilização para os seus fins.

§2º É vedado às empresas concessionárias de serviços públicos, nos serviços de reparo nas vias públicas e logradouros públicos:

I – descaracterizar o padrão estético original existente;

II – utilizar no reparo material de qualidade inferior ao originalmente utilizado;

III – finalizar o reparo das vias públicas e logradouros públicos com saliências, depressão ou qualquer defeito que represente desalinhamento em relação ao piso original.

§3º Na impossibilidade de cumprimento no prazo previsto por motivo devidamente justificado, a Secretaria de Obras poderá, mediante análise da justificativa, conceder novo prazo para conclusão”.

O artigo 9º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 9º-.....

I- A obra ou serviço executado sem autorização ou comunicação de emergência, em andamento ou concluída, assim como as previstas no artigo 1º desta lei, será considerada clandestina, sujeitando o infrator a aplicação de multa de R\$ 1.140,00 (um mil cento e quarenta reais) por evento;

II-

III-

IV- Sem prejuízo das penalidades previstas e sob pena em dobro, o infrator será notificado para promover o reparo de acordo com o que dispõe a presente lei dentro do prazo de 48 horas, podendo conceder novo prazo nos termos do §3º, art. 1º.”

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 10 de novembro de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

SÉRGIO POLONI DOS REIS
Secretário de Obras

Processo Administrativo nº 126/21 – CM - nº 736/2014 -PM
Publicado no Órgão da Imprensa Oficial

Edital de Notificação.

Em cumprimento ao disposto no artigo 67 inciso III da Lei 5.104/07, COMUNICAMOS a empresa **CESAR AUGUSTO DE LIMA 43036173854**, com inscrição municipal 1026031 – CNPJ 35.346.876/0001-79, estabelecida na Rua dos Aliados, 199 – B. São Caetaninho – Rib.Pires na atividade de Edição de cadastros ,listas e outros prods. gráficos promoção de vendas,serv. De organização de feiras,congressos,exposições e festas, , representada pelo sócio Cesar Augusto de Lima CPF 430.361.738-54-RG 48.934.985 da SUSPENÇÃO DO CADASTRO MOBILIÁRIO MUNICIPAL com data de 05/07/2021 por motivo de não estar mais no endereço informado e desenquadrado do MEI por Ex-ofício em 31/12/2020 por ultrapassar o limite permitido de R\$ 81.000,00 em menos de 20%, bem como a emissão da Notificação nº275/2021 para andamento no levantamento fiscal no período de Dezembro/2019 a Julho/2021, devendo apresentar os seguintes documentos:

Guias de recolhimento do ISS do MEI de 2019 á 2020 / Guias de recolhimento do ISS no Simples Nacional de 2021.

O não atendimento a Notificação no prazo de 10 (dez) dias implicará no lançamento do auto de infração pelo não atendimento á notificação nº725/2021 e devidas providências fiscais.

Prazo 30 dias a partir da publicação deste edital.

Agnaldo Prudente
Agente Fiscal de Tributos
Reg. 6890/2